

O ACERVO DA VERGONHA: VOZES NEGRAS E RESISTÊNCIA¹

THE COLLECTION OF SHAME: BLACK VOICES AND RESISTANCE

Lucas dos Santos de Paulo²
Rodrigo Rabello³

Resumo: O “Acervo da vergonha” foi um espaço criado pelo então presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo (gestão 2019-2022), para expor os livros “vergonhosos” e comprovar uma possível dominação marxista na instituição. Objetivo: investigar os conflitos e interessamentos a partir de parte dos atores (com representatividade relativa na comunidade negra no Brasil) presentes no curso de ação da composição do mencionado espaço, considerando conceitos de intencionalidade para a Documentação e para as Filosofias africanas. Metodologia: análise de notícias sobre a criação do “Acervo da vergonha” e entrevistas com integrantes de movimentos e/ou coletivos negros, com apoio do recurso heurístico da Teoria Ator-Rede e de epistemologias decoloniais, para, nessa ordem, não hierarquizar os atores humanos e não-humanos e não se restringir a referenciais europeus. Resultados: a gestão de Camargo ficou marcada negativamente na história da instituição e provocou conflitos e discussões entre os movimentos negros. Considerações finais: o “Acervo da vergonha” foi considerado como um desrespeito à história da Fundação e às lutas dos movimentos negros.

Palavras-Chave: Acervo da vergonha. Intencionalidade. Teoria Ator-Rede. Movimentos negros.

Abstract: *The “Collection of shame” was a space created by the then president of the Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo (management 2019-2022), to display “shameful” books and prove possible Marxist domination in the institution. Objective: to investigate the conflicts and interests of some of the actors (with relative representation in the black community in Brazil) present in the course of action of the composition of the mentioned space, considering concepts of intentionality for Documentation and for African Philosophies. Methodology: analysis of news about the creation of the “Collection of shame” and interviews*

¹ Texto ampliado a partir do resumo expandido submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XXIV ENANCIB 2024 – Vitória/ES).

² Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCInf, da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: lucasdepaulo17@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6451-4241>

³ Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor Adjunto da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCInf) da UnB. E-mail: rdgrabello@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7217-1608>

with members of black movements and/or black collectives, with the support of the heuristic resource of Actor-Network Theory and decolonial epistemologies, in order to, respectively, not hierarchize human and non-human actors and not restrict oneself to European references. Results: Camargo's administration was negatively marked in the institution's history and triggered conflicts and debates among Black movements. Final considerations: the "Collection of shame" was considered disrespectful to the history of the Foundation and the struggles of black movements.

Keywords: *Collection of shame. Intentionality. Actor-Network Theory. Black Movements.*

1 INTRODUÇÃO

O racismo enraizado na sociedade brasileira produz ao menos dois tipos de violência: necropolítica e epistemicídio negro, que se expressam, por exemplo, na prática do encarceramento em massa da juventude negra e no apagamento de saberes advindos da cultura afro-brasileira, respectivamente. A necropolítica é um conceito do filósofo Achille Mbembe para tratar dos mecanismos políticos de morte (Mbembe, 2018) e o epistemicídio negro é um recurso de dominação colonial europeia (Fevrier *et al.*, 2022).

Ante o enfrentamento de tais desafios, a Fundação Cultural Palmares (FCP) é uma instituição essencial, no âmbito do Estado brasileiro, para garantir a igualdade racial. A FCP foi criada para promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira e atender as reivindicações dos movimentos negros, em especial, do Movimento Negro Unificado (MNU), no contexto de redemocratização política e promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988; Araujo; Venturini, 2022), após a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Ao longo dos seus 35 anos de existência, a FCP desempenhou um papel ativo na conquista de direitos para a população negra e afro-brasileira. Destacam-se como conquistas da Fundação a criação do Estatuto da Igualdade

Racial, a certificação e a assistência das comunidades quilombolas, e a atuação no ensinamento das Histórias da África, e da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, em apoio à rede de ensino fundamental e médio.

A partir de 2019, com a nomeação do jornalista Sérgio Camargo – político filiado ao Partido Liberal (PL) – para presidir a FCP, sob indicação do então Presidente da República Jair Bolsonaro, a instituição passou a ser um instrumento antagônico às reivindicações dos movimentos negros e propagador de ações racistas e intolerantes. A criação do espaço “Acervo da vergonha” – redigido entre aspas como uma forma de se posicionar contra a arbitrariedade e contradição do espaço – é um dos exemplos de como a instituição se tornou, durante a gestão de Camargo, um instrumento da extrema-direita.

O “Acervo da vergonha” foi um espaço criado por Camargo para expor os livros “vergonhosos” da Palmares, com temáticas inquietantes às suas convicções, como as supostas apologias à “sexualização de crianças”, à “bandidolatria” e às “revoluções marxistas”. Na leitura de Camargo, o “Acervo da vergonha” seria a prova de um desvio de função da FCP e uma amostra da dominação marxista na instituição durante três décadas.

Considerando isso, questiona-se: a) que conflitos e *interessamentos* estão relacionados à criação do “Acervo da Vergonha” à luz de posicionamentos de integrantes de movimentos e/ou coletivos negros? e b) em que medida a criação deste espaço exprime uma desatenção, culposa ou dolosa, em relação ao compromisso da Fundação?

Para responder a essas perguntas, recorre-se aos conceitos de intencionalidade para a Documentação e para as Filosofias africanas, a fim de provocar reflexões sobre os conflitos e *interessamentos* dos atores presentes no *curso de ação*, amparadas, também, com o recurso heurístico da Teoria Ator-

Rede (TAR) e das epistemologias decoloniais para, nesta ordem, não hierarquizar os atores humanos e não-humanos e não se restringir ao referencial europeu⁴ e pensar em alternativas de resistência ao epistemicídio negro e às necropolíticas.

Para investigar o *curso de ação* da composição do espaço “Acervo da vergonha” e responder às perguntas “a” e “b” considerou-se notícias sobre a temática e realizou-se entrevistas anônimas com parte da comunidade negra que teve ou tem relação com a FCP, como é o caso de dois pesquisadores de temáticas raciais, duas pessoas representantes do MNU e uma representante do Movimento Negro de Direita (MND).⁵

2 CAMINHOS E ABORDAGENS

A presente seção pretende discutir sobre aspectos teóricos e temáticos que podem contribuir com a análise do “Acervo da vergonha” e apontar caminhos para estudar o caso provocando reflexões sobre resistência, efeitos do colonialismo, fenômenos sociais complexos, e intencionalidades e *interessamentos* de parte dos atores presentes na composição da coleção “marxista”.

2.1 EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS

As epistemologias decoloniais apresentam um contraponto à lógica colonialista europeia ao colocar em questão o eurocentrismo na produção científica global, e apontar outras formas de relação com o conhecimento e a

⁴ Apesar de o conceito de intencionalidade poder ser abordado a partir de outras perspectivas – como as europeias da fenomenologia ou da historiografia – o recorte para o presente resumo trabalha preambularmente o cotejo do prisma europeu-documentalista com o filosófico-africano.

⁵ Faz-se relevante mencionar que, neste momento, é abordado, como recorte, os resultados parciais obtidos a partir de representantes da comunidade negra, não considerando os resultados a serem obtidos com atores institucionais envolvidos na criação do “Acervo da Vergonha”.

informação, que podem contribuir com o desenvolvimento de estudos na Ciência da Informação (Bamberg *et al.*, 2022) concernentes às pautas marginalizadas no contexto da América Latina, como o combate ao racismo, ao machismo, e outras formas de violência a “grupos minoritários” (Aguiar, 2016).

A perspectiva decolonial é um “[...] elemento de resistência às cinco ideologias da modernidade: cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo” (Müller; Sousa, 2021, p. 9). Ou seja, trata-se de uma alternativa não-hegemônica de análise social para discutir sobre raça, gênero e colonialidade de modo didático – demandas do pensamento decolonial no embate à dominação da cultura euro-ocidental (Paiva *et al.*, 2021).

Para atravessar essa dominação é interessante traçar mapas sobre as formas estruturantes de manutenção de poder, injustiças históricas e arbitrárias, como a escravização e o genocídio (Doyle; Olinto, 2022), para desenquadrar as violências, as normas e as hegemonias relativas à raça e às outras formas de controle e subjugação (Rodrigues; Vargas, 2023).

Nesse sentido, a noção de documento pode favorecer o reconhecimento da diversidade de saberes e da pluralidade de conhecimentos (Wanderley; Martins, 2022), numa perspectiva cosmopolítica em diálogo com a filósofa belga Isabelle Stengers (Gomes; Lara, 2017). Esse enfoque abre espaço para a análise da reflexividade ética (Finlay; Gough, 2003) e das ações políticas em modos mais democráticos de mediação, o que, a partir das contribuições de Stengers (2018), foi denominado “mediação da informação em presença” (Rabello, 2022).

Isso significa assumir a heterogeneidade cultural e de pensamento, ao dar voz e ao escutar, por exemplo, aos atores locais e reconhecer como legítimas outras formas de interpretação da realidade (Mazzochi, 2013; Stengers, 2018; Gomes; Lara, 2017; Rabello, 2022).

É possível estabelecer diálogo entre as epistemologias decoloniais e a TAR para refletir sobre as controvérsias sociais e científicas, e acerca da modernidade europeia e das separações dicotômicas entre centro e periferia, oprimidos e opressores, visíveis e invisíveis, sujeitos e objetos.

2.2 TEORIA ATOR-REDE

A TAR é uma linha de pesquisa que reúne pesquisadores das Humanidades Científicas, sendo Bruno Latour um dos principais teóricos. A formação e a remodelação das redes entre os atores humanos e não-humanos, e o estudo da constituição de híbridos, são interesses dessa perspectiva. A partir dela é possível identificar, descrever e acompanhar a formação das redes a partir das associações entre os atores (Moraes; Arendt, 2013).

O nome Teoria Ator-Rede – em inglês, *Actor Network Theory* (ANT) – foi proposto por Michel Callon, também em colaboração com Latour, em meados da década de 1980. Como um recurso heurístico, a TAR se dispõe a observar as relações estabelecidas entre humanos e não-humanos que formam as redes sociotécnicas (Escobar, 2004) em um ou mais *curros de ação* (Latour, 2016).

O *curso de ação* é o processo em que as relações entre diferentes atores se transformam, seguido por uma série de *desvios*, contornos ou substituições que alteram uma *composição* – os elementos presentes no *curso de ação* – e resultam em *traduções*, isto é, o desdobramento dos *desvios* (Latour, 2016). Um dos exercícios proposto por Latour para observar as condições de produção de enunciados que circulam o meio social é demarcar as falas e discursos com aspas para evidenciar os interesses ou *interessamentos* – aquilo que se situa entre duas ou mais coisas – dos atores que compõem a rede.

Nesse exercício de colocar aspas nos discursos que flutuam nas redes é interessante questionar: “[...] Quem os disse? Para quem? Em quais circunstâncias? Com quais tipos de provas? Contra quem? Com que propósito? A partir de qual ponto de vista? Segundo os princípios de qual profissão? Com que financiamento? E assim sucessivamente” (Latour, 2016, p. 75).

A partir desse exercício, as controvérsias podem ser observadas com mais clareza e os *interessamentos* dos modificadores – aqueles que alteram o peso dos discursos – aparecem e permitem descartar a ideia de neutralidade. A noção de *interessamento* da TAR pode se aproximar, de algum modo, do conceito de intencionalidade atribuída (ou inerente?) aos objetos.

2.3 CONCEITOS DE INTENCIONALIDADE

No campo da Documentação, o conceito de intencionalidade é associado ao processo de produção do documento. O professor e pesquisador Jean Meyriat identificou que os documentos podem ter uma dupla origem e propôs as categorias “documento por intenção” e “documento por atribuição” para distinguir a intencionalidade na produção do documento (Meyriat, 2016; Couzinet; Fraysse, 2018).

A categoria “documento por intenção” refere-se aos documentos que já “nascem” documentos, como os livros, as cartas e os jornais, que são criados com a função de registrar ou disseminar algum tipo de informação. Por outro lado, a categoria “documento por atribuição” refere-se aos objetos que são criados, em um primeiro momento, com funções diversas e, posteriormente, se transformam em documentos quando o seu valor informativo é reconhecido (Fernandes; Saldanha, 2012). Para a Documentação é o usuário quem faz o documento (Meyriat, 2016).

No âmbito das Filosofias africanas, com fundamento em Exu – o orixá da comunicação e da mediação, aquele que faz justiça, lança dúvidas e contradições e intermedia a relação dos homens com outras divindades (Rufino, 2019) – a intencionalidade está presente nas ações, nos eventos, nos corpos e nos objetos. A intencionalidade, nas tradições africanas, toca na espiritualidade e na ancestralidade. De acordo com a professora e poeta Leda Martins, a intencionalidade fundamentada em Exu é uma força expansiva que move a energia e o sagrado, a vida e a matéria, o invisível e o visível (Martins, 2021).

A intencionalidade, nessa cosmopercepção, encontra lugar nas encruzilhadas, “[...] onde se engole de um jeito para cuspir de maneira transformada.” (Rufino, 2019, p. 270). Dito de outro modo, a encruzilhada é o lugar onde se alimenta de um jeito para, intencionalmente, ser alimentado de outro. O cruzamento entre caminhos amplia as direções, sem aprisionamentos, onde a pluralidade e a decolonialidade podem produzir conhecimentos ou resgatar saberes ancestrais (Martins, 2021).

Embora a Documentação e as Filosofias africanas apresentem visões diferentes para o conceito de intencionalidade, é possível pensar em algum tipo de complementaridade entre elas no contexto da Ciência da Informação, a fim de explorar caminhos para a formulação de práticas documentárias sem aprisionamentos, que podem resgatar e salvaguardar ritos e manifestações ancestrais (Martins, 2021) e contribuir com o enfrentamento do epistemicídio negro e de outras políticas de morte (Santos, 2022).

2.4 EPISTEMICÍDIO NEGRO E NECROPOLÍTICA

O epistemicídio é uma prática de destruição de conhecimento, de técnicas e de saberes de determinado grupo social. Trata-se de um recurso do

colonialismo para dominação histórica e construção de um pensamento hegemônico (Santos, 2009). Alves e Côrtes (2022, p. 2) definem o epistemicídio como “[...] um fenômeno epistemológico que visa silenciar e apagar os saberes de povos [...] subalternizados historicamente”.

No Brasil, o epistemicídio é, sobretudo, negro e indígena, e atua com a legitimação do racismo estrutural, de modo que afeta a conjuntura socioeconômica e existencial dos dois grupos. De acordo com o escritor e poeta brasileiro Abdias do Nascimento, a formação da sociedade brasileira tem como base a estrutura do racismo. Assim, o país constitui-se, sistematicamente, de opressão e violência racial (Alves; Côrtes, 2022).

O epistemicídio é um tipo de necropolítica. O termo proposto pelo filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe discute a relação de poder e violência com a política, no contexto pós-colonial. Necropolítica é um conjunto de mecanismos políticos de controle, regulação e dominação da vida e da morte (Mbembe, 2018).

As desigualdades sociais e as violências raciais dentro do capitalismo são produtoras de soberanias e hierarquias de classes. Com base no pensamento do filósofo e historiador francês Michel Foucault, Mbembe desenvolve o conceito de necropolítica considerando a ideia de biopoder. Nesse sentido, o controle do biopoder define qual corpo importa, e qual é descartável (Mbembe, 2016).

De modo similar, o epistemicídio regula qual tipo de conhecimento deve ser preservado e qual tipo é descartável. A marginalização dos saberes advindos da cultura afro-brasileira provoca um tipo específico de morte de conhecimento: o epistemicídio negro (Fevrier *et al.*, 2022; Pessanha, 2019; Silva *et al.*, 2022).

O epistemicídio negro está presente em diversos contextos, inclusive no acadêmico (Alves, 2021), onde atua na desqualificação do conhecimento de povos subjugados (Carneiro, 2005). Além disso, ele está presente na desvalorização identitária, intelectual, e religiosa de povos não-europeus (Nogueira; Duarte; Ribeiro, 2019).

As pesquisas sobre o racismo epistêmico podem contribuir com referências sobre a pluralidade epistemológica na Ciência da Informação – área que é dominada por referências do crivo estadunidense e europeu (Alves; Côrtes, 2022) e fomentar posicionamentos antirracistas. Isso significa, de algum modo, antagonizar práticas de necropolítica, por parte, por exemplo, de movimentos negros.

2.5 MOVIMENTOS NEGROS

A história dos movimentos negros brasileiros é a própria história do Brasil. A desigualdade social do país é uma herança histórica do escravismo, e outras políticas racistas institucionalizadas pelo Estado. Esse arranjo suscita o desenvolvimento de movimentos negros para resistir e sobreviver ao racismo estatal (Santos, 2018).

No período colonial (1530-1822), as rebeliões, as fugas e a criação de quilombos são amostras dos primeiros movimentos negros. O quilombo, de acordo com Moura (2021), é uma unidade básica de resistência e protesto contra a escravidão. O líder Zumbi dos Palmares é um grande nome da resistência negra nesse momento da história (Oliveira, 2017).

Na sequência, durante o Brasil Império (1822-1889), o movimento abolicionista conquista, com muita luta, a abolição da escravatura. Promulgada

em 13 de maio de 1888, a carta de abolição decreta o fim da escravidão, mas sem garantir a inclusão social dos negros libertos (Domingues, 2011).

Na República Velha (1889-1930), o racismo opera nas políticas de embranquecimento da população brasileira. O método eugenista incentivava a imigração de brancos para “limpar” a cor dos afrodescendentes a partir da mestiçagem (Barros, 2021). Na Era Vargas (1930-1945), surge a Frente Negra Brasileira (FNB), um movimento negro de extremadireita, que luta por direitos civis e por igualdade racial (Domingues, 2008).

Na República Populista (1946-1964), os movimentos negros se organizam e ganham força. A União dos Homens de Cor (UHC) é um dos principais agrupamentos negros da época. Com a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), os movimentos negros sofrem perseguições e restrições políticas (Domingues, 2007).

Atualmente, na Nova República, que se inicia com o fim da Ditadura Civil-Militar, em 1985, o Movimento Negro Unificado (MNU) ganha protagonismo na luta por igualdade e conquista a criação da FCP, concomitante à promulgação da Constituição Federal, em 1988 (Araujo; Venturini, 2022).

3 “ACERVO DA VERGONHA”

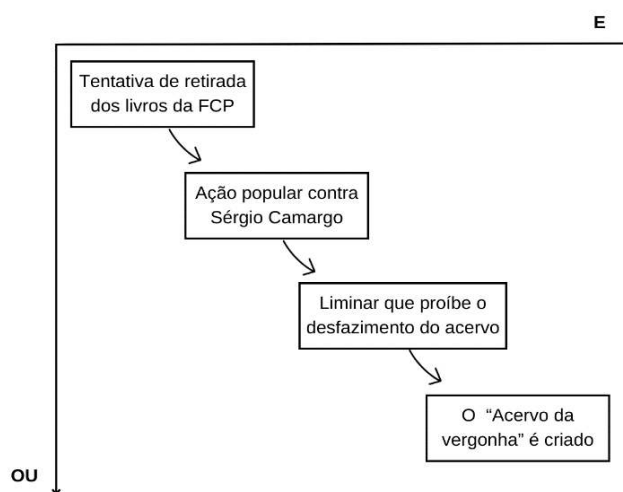
O primeiro *desvio do curso de ação* de interesse da pesquisa é a tentativa de Camargo de retirar e/ou doar alguns livros da biblioteca da instituição, com a justificativa de que a temática desses livros se pautava na “revolução sexual, sexualização de crianças, bandidolatria e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha”. Essa justificativa se encontra no relatório *Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019*, publicado em 11 de junho de 2021 (Folha de São Paulo,

2021), onde é listado 5.300 itens que seriam excluídos da biblioteca, incluindo livros, folhetos e catálogos (Verenicz, 2021).

Após a publicação do relatório, em sequência à série de *desvios*, o advogado Paulo Henrique Lima, em 14 de junho de 2021, entra com uma ação popular com pedido de liminar contra Sérgio Camargo (Lima, 2021). A Justiça Federal do Rio de Janeiro concede a liminar solicitada por Lima, assinada pelo juiz Erik Navarro Wolkart, que proíbe o desfazimento do acervo, em 23 de junho de 2021 (O Globo, 2021). E o MNU organiza um ato virtual em protesto contra a censura dos livros na FCP, em 24 de junho de 2021.

Ao ser impedido de retirar e/ou doar alguns livros da biblioteca, Camargo decide criar o espaço “Acervo da vergonha” (Folha de São Paulo, 2022), sendo esta a *tradução* – ao menos temporária – deste curso de ação, esquematizado na Figura 1 – que se trata de um recorte da *composição* do espaço, sem incluir outros atos e elementos, como as notas de repúdio publicadas pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB).

Figura 1 - Desvios e tradução



Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Figura 1, a linha horizontal (E) se refere às associações (*composição*) do *curso de ação* e a linha vertical (OU) se refere às substituições (*desvios*), que podem indicar controvérsias. Em relação às entrevistas, os entrevistados receberam códigos para preservar suas identidades. A relação dos entrevistados pode ser observada no Quadro 1 abaixo.

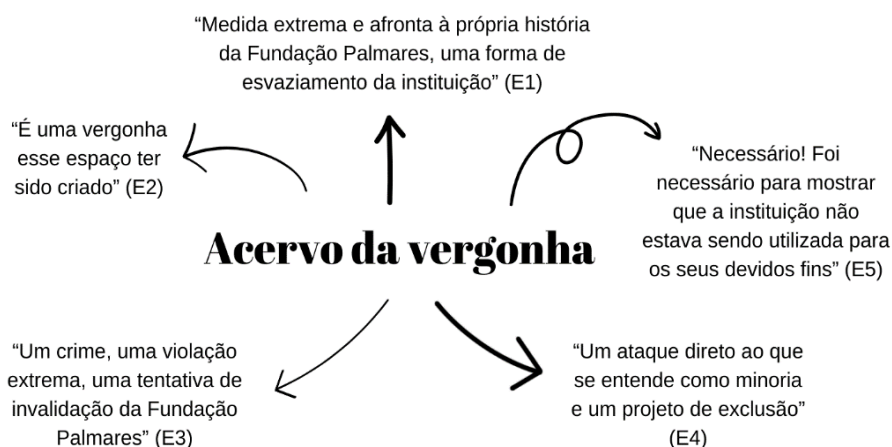
Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Código	Perfil dos entrevistados
E1	Pesquisador de temáticas raciais (Direito)
E2	Pesquisador de temáticas raciais (Educação)
E3	Representante do MNU
E4	Representante do MNU
E5	Representante do MND

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram entrevistados cinco integrantes de movimentos e/ou coletivos negros, sendo dois pesquisadores de temáticas raciais, um no âmbito do Direito (E1) e outro no âmbito da Educação (E2), duas representantes do MNU (E3 e E4) e uma representante do MND (E5). A Figura 2 traz as visões dos entrevistados sobre o “Acervo da vergonha”.

Figura 2 - o que o “Acervo da vergonha” representou para a FCP?



Fonte: Elaborada pelos autores.

Quando questionados sobre o que o “Acervo da vergonha” representou para a FCP, os pesquisadores de temáticas raciais (E1 e E2) responderam que se tratou de uma afronta à história da FCP e uma vergonha para a instituição. Enquanto as representantes do MNU (E3 e E4) entendem que o “Acervo da vergonha” foi uma tentativa de invalidação da FCP e um ataque às minorias, a representante do MND (E5) compreende que a criação do espaço foi necessária para mostrar um desvio de função da instituição.

É possível identificar os conflitos de interesses nas falas dos entrevistados. Ao serem questionados sobre qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do “Acervo da vergonha”, os pesquisadores de temáticas raciais (E1 e E2) e as representantes do MNU (E3 e E4), responderam que os livros precisariam voltar ao acervo geral da biblioteca ou deveriam ser expostos em um espaço específico para destacar a violência que eles sofreram.

A representante do MND (E5), por sua vez, defendeu que os livros marxistas precisariam ser transferidos para um espaço adequado, fora da Fundação, e os livros com “apologia à pedofilia” deveriam ser queimados. A fala da representante do MND (E5) faz referência ao livro “Pedagogia da educação sexual”, de Claude Lejeune, que foi classificado no Relatório 1 como “sexualização de crianças” por apresentar formas de introdução à educação sexual na infância.

Com a mudança de gestão de FCP, entre o final de 2022 e o início de 2023, o “Acervo da vergonha” foi desfeito, e os livros que fizeram parte dele voltaram para o acervo geral da biblioteca (Figura 3).

Figura 3 - Acervo geral da FCP



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores.

A extinção do espaço é apresentada como uma nova *tradução*, permitindo, nessa conjuntura, a continuidade dos *cursos de ação* e, conseqüentemente, o seu estudo. A Figura 4 mostra alguns dos livros que foram classificados como “vergonhosos” de volta às prateleiras do acervo geral.

Figura 4 - Livros que fizeram parte do “Acervo da vergonha”



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores.

No entanto, além da extinção do espaço, destaca-se a necessidade de maior atenção ao acervo bibliográfico da instituição. Esse esforço busca alinhar os compromissos da biblioteca da FCP com as epistemologias decoloniais no combate ao racismo e outras formas de violência contra “grupos minoritários” (Aguiar, 2016), focando no resgate das tradições africanas e na consideração da intencionalidade das práticas e saberes ancestrais (Martins, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FCP é um instrumento essencial na luta por igualdade racial e na conquista de políticas públicas para a população negra e afrodescendente. Dada a natureza e a importância da instituição, não apenas para a população

negra, mas para toda a sociedade brasileira, destaque-se que a Fundação não pode ficar à mercê dos ataques antidemocráticos da extrema-direita.

A intencionalidade presente no acervo da biblioteca da FCP responde à missão da instituição e, por conseguinte, às demandas da comunidade e dos movimentos negros. O sentido das coleções da FCP segue atribuições de intencionalidade derivadas de tais demandas. No âmbito das filosofias africanas, não apenas a FCP, mas a força que criou a instituição fazem parte de uma totalidade, uma cosmologia holística que envolve energia e sagrado, vida e matéria, o visível e o invisível. Qualquer tentativa de romper com esse todo tende a afetar a comunidade à qual integra.

As tentativas de retirada dos livros da biblioteca da instituição e a criação do “Acervo da vergonha” representam formas de dominação e regulação ideológica do material bibliográfico da Fundação. Além disso, se configuram como ataque e desrespeito à história da instituição, às lideranças que a presidiram e aos movimentos negros que reivindicavam um espaço para guarda e preservação da memória negra e afro-brasileira.

Destaca-se, também, que a inclusão ou a retirada de qualquer item do acervo de uma biblioteca deve considerar os critérios estabelecidos em uma Política de desenvolvimento de acervo, que inexistia na Fundação. A falta de uma Política de desenvolvimento de acervo – que só foi desenvolvida após a criação do “Acervo da vergonha” – facilitou o ataque aos livros e à construção de narrativas polêmicas que fragilizaram a instituição.

Embora o “Acervo da vergonha” tenha sido desfeito, ele ficou marcado na história da Palmares. Nesse sentido, o presente trabalho faz a seguinte provocação: por que não criar um “Acervo do orgulho negro e afro-brasileiro”, na conjuntura FCP, em contraponto ao “Acervo da vergonha”? O desenvolvimento

de uma coleção para se orgulhar seria uma forma de fortalecer a instituição e combater as tentativas de apagamento de práticas e saberes advindos da influência africana na formação da cultura brasileira.

Apesar dos avanços obtidos até o momento com a pesquisa – envolvendo as arbitrariedades a qual a FCP e a comunidade negra brasileira enfrentaram ante o arbítrio da extrema direita –, o estudo de outras intencionalidades podem, complementarmente, contribuir com pesquisas futuras para pensar a temática a partir de diferentes perspectivas. Nesse sentido, há a possibilidade de escutar a voz de outros atores, como é o caso dos funcionários da FCP que se relacionaram direta ou indiretamente com a criação do “Acervo da vergonha”, bem como dos documentos que registram o ocorrido.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? **Estudos de sociologia**, [s.l.], v. 21, n. 41, p. 273-289, 2016.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro. **A mediação da informação como epicentro do protagonismo social negro**: do epistemicídio à [des]colonialidade nos anais do ENANCIB. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Epistemicídio negro na Ciência da Informação: uma discussão inicial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

ARAUJO, Francileide; VENTURINI, Anna Carolina. Fundação Cultural Palmares: presidentes e ações. **Nexo Jornal**, [S.l.], 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Funda%C3%A7%C3%A3o-Cultural-Palmares-presidentes-e-a%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BARROS, Marcelo César Vital de. **Racismo e migração**: um olhar sobre as políticas migratórias e as teorias raciais de branqueamento na República Velha. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em:

[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/41191/1/DISSERTA% c3%87% c3%83O%20Marcelo%20C% c3%a9zar%20Vital%20de%20Barros.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/41191/1/DISSERTA%c3%87% c3%83O%20Marcelo%20C%c3%a9zar%20Vital%20de%20Barros.pdf). Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.668, de 22 de agosto 1988 que autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm#:~:text=Art.,na%20forma %C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedade%20brasileira. Acesso em: 24 fev. 2025.

BAMBERG, Callu Ribeiro Ferreira Pedreira e Andrade *et al.* Epistemologia decolonial e ciência da informação: uma análise dos anais do ENANCIB. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 29-46, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/211557>. Acesso em: 24 fev. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COUZINET, Viviane; FRAYSSE, Patrick. Bibliographie et bibliographes en France: Des revues pour la circulation de la science. **Bibliothecae.it**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 172-197, 2018.

DOMINGUES, Petrônio José. “A redempção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 31, n. 62, p. 19-48, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLcLmkyPqsw9dYC3JZGJkng/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, [s.l.], v. 23, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DOMINGUES, Petrônio José. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 13, n. 39, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hqBHpKJHNtbrVMgJb3Fpv9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DOYLE, Andréa; OLINTO, Gilda. Categorias de análise feministas para o ensino de competências em informação, mídias e tecnologias digitais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. *In*: ESCOBAR, Arturo. (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente** - 'Um Discurso sobre as Ciências Revisitado'. Portugal: Edições Afrontamento, 2004.

FERNANDES, Geni Chaves; SALDANHA, Gustavo Silva. As contribuições de Marteleto e González de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 2-31, 2012.

FEVRIER, Priscila Rufino, SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; ALVES, Ana Paula Meneses. Direitos humanos, informação e racismo: uma análise do perfil do instagram do Quilombo Intelectual. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

FCP - Fundação Cultural Palmares. Plano de integridade da FCP. **Fundação Cultural Palmares**, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/46008/1/FCP_Plano_de_integridade_V1.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

FINLAY, Linda; GOUGH, Brendan. Reflexivity: A practical guide for qualitative researchers in health and social sciences. **Blackwell Science**, Wiley, 2003. DOI:10.1002/9780470776094

FOLHA DE SÃO PAULO. Fundação Palmares faz cruzada ideológica e deve excluir metade do seu acervo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/fundacao-palmares-faz->

[cruzada-ideologica-e-deve-excluir-metade-do-seu-acervo.shtml](#). Acesso em: 24 fev. 2025.

GOMES, Thulio Pereira Dias; LARA, Marilda Lara Lopes Ginez de. A noção de documento: questões para uma abordagem cosmopolítica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 3-9, 2017.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3939>. Acesso em: 24 fev. 2025.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LIMA, Paulo Henrique Antonio. **Ação popular com pedido de liminar contra Sérgio Nascimento de Camargo**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/06/Acao-Popular-Fundacao-Palmares.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo tela. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

MAZZOCCHI, Fulvio. Images of thought and their relation to classification: the tree and the net. **Knowledge Organization**, [s.l.], v. 40, n. 6, p. 366-374, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, [s.l.], n. 32, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. Tradução de: Camila Mariana A. da Silva; Marcílio de Brito; Cristina Dotta Ortega. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 240-253, 2016.

MORAES, Marcia Oliveira; ARENDT, Ronald João Jacques. Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, p. 313-321, 2013.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 5. ed. Teresina: Editora UESPI, 2021.

MÜLLER, Jéssica Paola Macedo; SOUSA, Rodrigo Silva Caxias de. Cartografias subalternas: travessias epistemológicas para a ciência da informação. **Liinc em**

revista, Rio de Janeiro, v. 17, 2021. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168649>. Acesso em: 24 fev. 2025.

NOGUERA, Renato; DUARTE, Valter; RIBEIRO, Marcelo dos Santos. Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. **O que nos faz pensar**, [s.l.], v. 28, n. 45, p. 434-451, 2019. Disponível em:
<https://oquenosfazpensar.fil.pucrio.br/oqnfp/article/view/693>. Acesso em: 15 abr. 2024.

OLIVEIRA, Josué Petrônio Quirino de. Zumbi dos Palmares: a afroresiliência. **Revista Espaço Acadêmico**, [s.l.], n. 197, 2017. Disponível em:
https://web.archive.org/web/20180428125619id_/http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/34903/20802. Acesso em: 15 abr. 2024.

PAIVA, Rodrigo Sérgio Ferreira de *et al.* A evolução da presença negra na Mauricio de Sousa produções: o reflexo do pensamento decolonial nos quadrinhos nacionais. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5764>

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. **Problemata**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 167-194, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/49136/28617>. Acesso em: 15 abr. 2024.

RABELLO, Rodrigo. Mediação da informação em presença: situacionalidade, transitoriedade e simetria entre implicadores e implicados. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 62-90, 2022. Disponível em:
<https://doi.org/10.21728/logeion.2022v9n1.p62-90>. Acesso em: 24 fev. 2025.

RODRIGUES, André Iribure; VARGAS, Ana Elisa de Abreu. Injustiça de gênero e sexualidade LGBTQIA+: a produção de conhecimento à margem na Ciência da Informação na Região Sul. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 28, p. 1-23, 2023.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas: Exu como Educação. **Revista Exitus**, [s.l.], v. 9, n. 4, p. 262-289, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 23-72.

SANTOS, Luis Carlos F. Filosofia africana da educação: por uma cartografia da encruzilhada. **Cuadernos de Filosofía Latinoamericana**, [s.l.], v. 43, n. 126, 2022.

SANTOS, Rosenverck Estrela. O movimento negro e a luta pelas políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. **Kwanissa**, [s.l.], v.1, n.1, p.139-153, 2018

SILVA, Dávila Maria Feitosa da *et al.* Memória e decolonialidade: a poética de Tatiana Nascimento nas mídias sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.


STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s.l.], n. 69, p. 442-464, abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>. Acesso em: 24 fev. 2025.

VERENICZ, Marina. Justiça proíbe Sérgio Camargo de doar acervo da Fundação Palmares. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/justica-proibe-sergio-camargo-de-doar-acervo-da-fundacao-palmares/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

WANDERLEY, Ana Isabel Ferreira; MARTINS, Gracy Kelli. Da redução à pluralidade: reflexões sobre a descolonização do domínio da indumentária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 tpbci@ancib.org

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)